



**ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL
DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES**

ATA N.º 03 / 2022

..... Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois realizou-se na Sala de Atos do Teatro Municipal de Bragança, em Bragança, pelas catorze horas e trinta minutos, a sexta sessão ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM).

..... **FALTAS:**

Faltaram, por motivos justificados: Campeã da Mota, Vila Flor e Sérgio Pires, Vimioso. Paulo Pinto, de Mirandela, foi substituído, por João Malheiro Reis.....

Antes do início dos trabalhos e devido à renúncia do deputado Daniel Filipe Espírito Santo Ramos Pires, de Macedo de Cavaleiros, procedeu-se à tomada de posse do seu substituto José António da Silva Madalena.

QUÓRUM-Verificada, pela Mesa, a existência de quórum-vinte e dois membros - deu-se início à sessão, com a seguinte ordem de trabalhos:.....

..... **PONTO UM - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;**.....

..... **PONTO UM PONTO UM – ATA: LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE ABRIL DOIS MIL E VINTE E DOIS;**

..... **PONTO DOIS - PERÍODO DA ORDEM DO DIA;**.....

..... **PONTO DOIS PONTO UM-** INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES;

..... **PONTO DOIS PONTO DOIS - ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL – ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2023-2027.;**.....

..... **PONTO DOIS PONTO TRÊS-** ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL –AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL.

fran
7-7

..... **PONTO DOIS PONTO QUATRO-** ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL – ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO 2023.

..... **PONTO DOIS PONTO CINCO-** COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS NO ANO DE 2022 AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL. PARA CONHECIMENTO

..... **PONTO TRÊS - OUTROS ASSUNTOS.**

..... **FOI COLOCADA A VOTAÇÃO A RATIFICAÇÃO DA ORDEM DE TRABALHOS, TENDO SIDO APROVADA POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES**

..... **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

..... **PONTO UM PONTO UM – ATA:** LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.

..... **COLOCADA A VOTAÇÃO A ATA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES**

A Presidente da Mesa informou que estavam abertas as inscrições para intervenção neste ponto, tendo-se verificado a inscrição dos deputados: Camilo Morais, Júlio Carvalho, Hugo Barreira e Pedro Santos.

..... **CAMILO MORAIS** – Usou da palavra para sugerir à Comunidade Intermunicipal que estudasse a possibilidade de enquadrar o apoio à constituição e funcionamento das Assembleias Municipais Jovens em algum programa de financiamento, ressalvando a importância deste apoio no quadro da formação cívica e envolvimento ativo dos jovens na vida pública.

..... **JÚLIO CARVALHO** – Referindo-se à publicação “Manual do Castanheiro”, editada pela Comunidade Intermunicipal, e distribuída aos membros da Assembleia Intermunicipal, parabenizou a Comunidade pela edição da obra aludindo à sua importância para os produtores e para a produção de castanha no território. Sugeriu também que esta temática não fosse abandonada apontando como tema para uma próxima publicação: “O Castanheiro na Literatura Portuguesa.”

Frederico
TTM

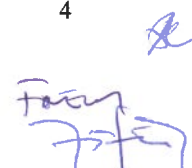
..... **HUGO BARREIRA** – Usou da palavra para manifestar a sua preocupação relativamente aos resultados dos últimos censos da população, perguntando que medidas estão ou poderão ser tomadas para combater o decréscimo populacional que enfrenta o território.

..... **PEDRO SANTOS** – Iniciou a intervenção dizendo que o decréscimo populacional tem consequências diretas na governação, apresentando-se, em muitos dos casos, como um obstáculo à governação, uma vez que, de acordo com a sua opinião, onde há menos gente é mais difícil governar. Referiu que sempre entendeu a criação das Comunidades Intermunicipais como forma de contrariar este estado de coisas, no entanto disse que as suas expectativas foram goradas, quer pela dimensão destes organismos, nomeadamente a da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, quer pela falta de coesão que se verifica. Disse que o défice populacional está diretamente relacionado com duas problemáticas: a incapacidade de fixar pessoas pela falta de postos de trabalho e a deficiente rede de comunicações móveis. Continuou manifestando a sua preocupação pelo facto de o Secretariado Intermunicipal dispor de três lugares e só se encontrarem preenchidos dois, referindo que nesta matéria também a Comunidade Intermunicipal deveria dar o exemplo e contribuir para a criação de postos de trabalho e consequente fixação de pessoas. Terminou apelando ao Presidente do Conselho Intermunicipal que tomasse nota destas preocupações, diligenciando para dotar o Secretariado com os lugares previstos e tomando as medidas necessárias para resolver o problema das comunicações.

Seguidamente a Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal para os esclarecimentos devidos.

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (JORGE FIDALGO)** – Referindo-se à sugestão do deputado Camilo Morais disse não deixariam de verificar se o próximo quadro comunitário abrirá a possibilidade de apresentar candidaturas para financiamento deste tipo de iniciativas.

Relativamente aos dados dos censos de dois mil e vinte e um manifestou também a sua preocupação pelo decréscimo de população apresentado pelo território, mas fez questão de referir que esta problemática é também europeia e nacional. Referiu que apenas três ou quatro concelhos do país aumentaram a população, e que o combate a esta problemática diz respeito não só ao poder local como também ao central, salientado necessidade de implementar políticas para fixar e atrair pessoas. Tal passa também pela inovação, investigação e ciência colocando-as ao serviço da economia, criando postos de trabalho e é isso que a Comunidade Intermunicipal tem vindo a fazer, referiu.



Relativamente às questões levantadas pelo deputado pedro Santos disse que a constituição do Secretariado Intermunicipal e para que possa integrar três elementos em que existir unanimidade dentro do Conselho Intermunicipal. Referiu que para além dos cargos políticos a Comunidade Intermunicipal vai ter a necessidade de aumentar os quadros técnicos, também por força da transferência de competências.
Quanto às comunicações afirmou que é um problema para o qual têm vindo a alertar o Governo e a ANACOM, lembrando que no anterior mandato este foi o tema de uma reunião com o Presidente da Autoridade Reguladora. Disse que se encontra em discussão pública o mapa para o estabelecimento de comunicações móveis e fixas nas zonas brancas e a Comunidade Intermunicipal já verificou que todos os aglomerados populacionais do território integram esse mapa.
Concluiu dizendo que o problema do território é, de facto, o despovoamento e o envelhecimento da população e só com políticas diferenciadoras se poderá fazer face a isto.

..... **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

..... **PONTO DOIS PONTO UM- INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE DA CIM-TTM;**

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (JORGE FIDALGO)** – Foi presente informação referente à atividade da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes desde a última reunião ordinária da Assembleia Intermunicipal, realizada no dia 28 de abril, em Bragança. A apresentação foi efetuada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal e o teor transcreve-se a seguir.

“Neste período há a destacar, por um lado e para bem dos cidadãos, a melhoria contínua da situação epidemiológica provocada pela pandemia do COVID-19 e por outro, os constrangimentos na vida das famílias causados pela guerra na Ucrânia devido ao aumento do preço dos bens e consequente aumento da inflação, para níveis muito elevados.

Apesar das dificuldades sentidas, o Quadro Comunitário PT2013/2020 tem que ser encerrado até ao fim do ano de 2023.

A execução do Quadro Comunitário, nomeadamente do Programa Operacional Regional do Norte, tem manifestado uma crescente preocupação por parte da Autoridade de Gestão tendo em conta as diversas dificuldades que se têm vindo a sentir desde o ano de 2020.

No Quadro seguinte mostra-se o ponto de situação da execução do PO Norte 2020 à data de 30 de novembro de 2022.

Fuça
Fuça

NORTE 2020 – Ponto de Situação da Execução a 30.nov.22



Para acelerar a execução foram tomadas diversas medidas de facilitação da utilização dos fundos. Foram criados mecanismos excepcionais que passaram pela autorização de verbas entre Programas e Prioridades de Investimento. Estas medidas iniciadas no ano de 2020 têm vindo a ser prolongadas até à data para garantir a aceleração do ritmo de execução do Programa. A primeira destas medidas passou por uma reprogramação do PO Norte 2020 centrada, prioritariamente: (i) no aumento das taxas de comparticipação e/ou do investimento elegível dos projetos públicos e associativos, aprovados ou programados e, em sentido contrário, (ii) na descativação de compromissos e redução de investimento elegível de projetos aprovados ou programados, sempre que esse investimento se considerasse excessivo relativamente às necessidades, às despesas efetuadas, aos prazos para a conclusão das operações, ou ao seu desenvolvimento no contexto da pandemia COVID-19. Procedeu-se à abertura de Avisos para contemplar operações no sistema de “Overbooking” condicionado à disponibilização de verbas. Estes movimentos financeiros conjuntos poderiam ser efetuados de forma alargada, envolvendo vários Eixos Prioritários (EP) e Prioridades de Investimento (PI) e o mesmo beneficiário. O exercício de transferência de verbas entre operações, de diferentes tipologias e diferentes beneficiários designados de Otimização da Execução à Escala Intermunicipal e Setorial (“Soma Nula”) não resulta qualquer acréscimo global de apoio da União Europeia; trata-se, pois, de um exercício de soma nula, ou seja, o valor dos reforços terá de ser igual ao valor das descativações. Até ao mês de novembro do corrente ano foram aprovados 5 exercícios de “soma nula” consolidando a verba final do PDCT de 60 074 570 euros.

Fusão
7-11

Apesar disso, na realidade, a taxa de execução na região do Norte do Programa Operacional Regional (PO Norte 2020) continua na generalidade bastante baixa comparativamente com Quadros de Financiamento anteriores e com dificuldade de atingir a meta obrigatória para o presente ano que é de 82.1%. Assim, à medida que se aproxima o final da aplicação do Quadro a pressão sobre os beneficiários é cada vez maior no sentido de aumentar a taxa de execução e evitar a devolução de verbas à União Europeia.

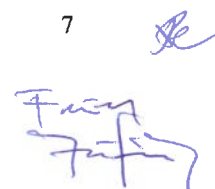
No âmbito da aplicação do Programa Operacional importa dar a conhecer o montante total dos Fundos Comunitários aprovados para a região englobando a natureza privada e a pública. No quadro seguinte estão registadas todas as operações aprovadas até 30 de novembro de 2022, nos concelhos das Terras de Trás-os-Montes.

NORTE 2020 - Operações aprovadas por Concelhos / Natureza do Investimento / Habitante Data de Reporte: 30/11/2022

Terras de Trás-os-Montes	Investimento Privado			Investimento Público ou equiparado			Fundo Médio por Operação (mil€)	Fundo por Habitante	
	N.º	Investimento Total Aprovado (€)	Fundo Aprovado (€)	N.º	Investimento Total Aprovado (€)	Fundo Aprovado (€)		N.º de Habitantes	Montante (€)
Ahíndega da Fé	9	2 934 144	1 164 993	12	8 295 581	6 367 982	358 713	4 630	1 627
Bragança	203	34 753 873	17 279 919	68	69 278 000	46 968 991	237 081	33 766	1 903
Macedo de Cavaleiros	49	5 875 975	3 690 453	29	20 358 109	15 574 510	246 987	14 722	1 309
Miranda do Douro	23	4 786 234	2 713 124	21	14 225 462	9 774 014	283 799	7 029	1 777
Mirandela	93	11 060 736	6 290 429	45	31 014 589	22 679 720	209 529	22 141	1 308
Mogadouro	42	4 336 796	2 766 285	24	16 592 102	8 663 096	173 172	8 674	1 318
Vila Flor	13	821 368	583 332	19	9 602 169	6 776 775	230 003	6 170	1 193
Vimioso	13	1 709 517	916 698	25	7 641 285	6 130 050	185 441	4 173	1 689
Vinhais	19	1 484 513	767 328	26	9 059 705	7 502 462	183 773	8 104	1 020
Não regionalizável por Concelho	30	4 621 357	3 559 417	46	34 593 128	28 932 801	427 529		297
Total NUT III	494	72 384 514	39 731 979	315	220 660 129	159 370 401	246 109	109 409	1 820

(*) o Fundo por habitante tem por base a totalidade da população da NUT III.

Na qualidade de Organismo Intermédio do PO Norte 2020, a CIM-TTM deu continuidade às tarefas relacionadas com a análise de candidaturas, de reprogramações e consequente elaboração de pareceres e propostas de aprovação, avaliação de pedidos de pagamento apresentados pelas entidades privadas e municipais beneficiárias do PO Norte, nomeadamente os investimentos contemplados no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial das Terras de Trás-os-Montes (PDCT).



NORTE 2020 - Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial *

Data report: 30/11/2022

CIM/AMP	PI	Dotação PDCT (3)	Apóio de	Execução (Base Faturação)	Taxa Compromisso Efectivo (16/11)	Pacto-Fundo Solicitado e Aprovado / Dotação PDCT (100-012/11)	Taxa Execução (Base Faturação) (19/11)	Taxa Pagamento (19/11)
			N.º	Fundo Executado validado (4)				
	Total PDCT - NORTE 2020	579 620 488	2432	412 167 088	97,1%	99,2%	71,1%	70,3%
Terras de Trás-os-Montes	PI 2.3 Aplicações de TIC	3 147 689	3	3 010 426	100,0%	100,0%	95,8%	93,6%
	PI 4.3 Eficiência energética nas infraestruturas públicas	5 197 121	16	5 042 373	101,7%	101,7%	97,0%	93,3%
	PI 8.3 Criação de emprego	351 559	24	74 853	88,5%	88,5%	21,1%	21,1%
	PI 8.8 Viveiros de empresas	7 783 390	117	2 886 033	100,0%	100,0%	37,1%	38,8%
	PI 9.1 Inclusão ativa	9 028 322	8	8 148 873	114,0%	114,0%	90,3%	92,5%
	PI 9.6 Saúdes	0	0	0	80%/01	80%/01	80%/01	80%/01
	PI 9.7 Saúde e infraestruturas sociais	7 043 281	49	3 546 375	96,9%	100,4%	50,4%	51,2%
	PI 10.1 Alargamento escolar	5 308 423	22	2 317 746	101,3%	101,3%	41,7%	50,1%
	PI 10.5 Infraestruturas de educação e formação	22 230 585	25	14 064 232	81,8%	81,8%	61,1%	62,0%
	Total Terras de Trás-os-Montes	60 074 570	264	39 990 911	97,8%	98,7%	61,1%	61,1%

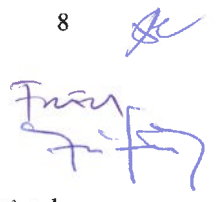
CIM/AMP	PI	Dotação PDCT (3)	Apóio de	Execução (Base Faturação)	Taxa Compromisso Efectivo (16/11)	Pacto-Fundo Solicitado e Aprovado / Dotação PDCT (100-012/11)	Taxa Execução (Base Faturação) (19/11)	Taxa Pagamento (19/11)
			N.º	Fundo Executado validado (4)				
PDCT	PI 2.3 Aplicações de TIC	32 048 998	149	25 503 384	97,1%	98,3%	71,6%	70,7%
	PI 4.3 Eficiência energética nas infraestruturas públicas	37 425 329	145	28 393 805	97,0%	97,2%	75,5%	72,7%
	PI 8.3 Criação de emprego	4 220 670	188	543 674	47,3%	46,6%	11,1%	11,8%
	PI 8.8 Viveiros de empresas	76 730 894	1 150	35 928 697	98,7%	98,7%	46,8%	49,0%
	PI 9.1 Inclusão ativa	66 080 399	78	58 071 574	109,2%	109,2%	87,3%	89,6%
	PI 9.6 Saúdes	0	0	0	80%/01	80%/01	80%/01	80%/01
	PI 9.7 Saúde e infraestruturas sociais	63 351 792	369	31 544 245	87,5%	94,9%	49,8%	48,6%
	PI 10.1 Alargamento escolar	46 458 062	351	25 728 586	101,7%	102,5%	54,1%	58,7%
	PI 10.5 Infraestruturas de educação e formação	253 086 343	402	206 935 123	97,1%	98,4%	61,8%	79,1%
	Total PDCT - NORTE 2020	579 620 488	2432	412 167 088	97,1%	99,2%	71,1%	70,3%

* Os montantes registados na coluna "Dotação PDCT" estão sujeitos a Decisão da C.D. de.

O Quadro anterior mostra o nível de execução das diferentes Prioridades de Investimento (PI) do PDCT, à data de 30 de novembro de 2022. Até ao mês de novembro do corrente ano foram aprovados 5 exercícios de "soma nula" consolidando a verba final do PDCT de 60 074 570 euros.

- Apesar de a CIM TTM registar uma taxa de compromisso superior à média da região Norte apresenta uma taxa de execução inferior justificando um reforço de trabalho junto dos beneficiários de forma a melhorar o desempenho da região.

Se durante os anos de 2020 e 2021 a pandemia COVID-19 criou condicionalismos de vária ordem à execução dos projetos aprovados, com destaque para as ações que envolvem a concentração de muitas



peçoas, no corrente ano a guerra na Ucrânia tem levado ao aumento acentuado dos bens criando dificuldades acrescidas para os beneficiários com aumentos significativos dos preços e ausência de concorrentes a vários concursos.

Além da responsabilidade na qualidade de Organismo Intermédio a CIMTTM tem responsabilidades acrescidas enquanto beneficiário de várias candidaturas.

- No período em referência algumas candidaturas terminaram, outras encerram no fim deste ano e as restantes terão o seu encerramento obrigatoriamente até ao fim do primeiro semestre do ano de 2023.

Das candidaturas de que a CIM é beneficiária no PDCT é de registar a execução dos trabalhos relacionados com a concretização da operação “SmartRegion Trás-os-Montes” enquadrada na PI 2.3 – Tecnologias de Informação e Comunicação que consiste na implementação de uma estrutura tecnológica e a observação do cumprimento de um conjunto de indicadores da Norma NP ISO 37120 (Economia, Educação, Energia, Ambiente, Finanças, Resposta a Incêndios e a Emergências, Governança, Saúde, Recreio, Segurança, Alojamento, Resíduos, Telecomunicações e Inovação, Transportes, Planeamento Urbano, Águas Residuais, Água e Saneamento) que irão permitir certificar a região ao abrigo dessa Norma. Estes indicadores serão utilizados para acompanhar e monitorizar o progresso do desempenho da comunidade e constituem elementos fundamentais de ajuda aos decisores políticos, de modo a obter um desenvolvimento sustentável em todos os municípios que integram a CIM-TTM.

- No que diz respeito ao setor da Educação, durante este período foi realizado um intenso trabalho de concertação entre a CIM e as Escolas no sentido de colocar em prática um novo ano do Projeto das Turmas Partilhadas. A experiência obtida no ano escolar anterior serviu para que no corrente ano a adesão das Escolas tenha aumentado significativamente pois somente 3 escolas não estão envolvidas. 18 alunos mantêm-se no 11º ano e 37 iniciaram o 10º ano. Encontram-se assim a frequentar aulas no ensino profissional 55 alunos, com deslocações em 3 dias da semana, representando um encargo financeiro para a CIM, em transporte, em cerca de 400 000 euros.

Com o objetivo de obter apoio financeiro do Governo para fazer face a esta despesa realizamos uma reunião com o Ministro da Educação no dia 15 de novembro.

De salientar que se trata de um projeto pioneiro no país, criado no âmbito da CIM-TTM, relacionado com a oferta profissional na região e a possibilidade dada aos alunos de uma Escola poderem frequentar a componente científica e técnica noutra Escola que não a sua e a componente sociocultural na sua Escola.



Handwritten notes:
Frage
7-7-7

Salientamos como pontos fortes do projeto:

- *Maior estabilização da rede profissional que resulta numa resposta mais adequada às necessidades dos alunos e das famílias bem como das necessidades do território;*
- *Menor redundância da oferta profissional;*
- *Menor abandono escolar ou insucesso entre os alunos que ingressaram no projeto;*
- *Crescimento exponencial do projeto do primeiro para o segundo ano;*
- *Reforço do trabalho colaborativo com contactos regulares entre as Escolas de origem e de destino e também com a CIM;*
- *Articulação pedagógica (harmonização de procedimentos relativos às faltas e aos sumários das disciplinas, dificuldades na distribuição da carga horária devido aos diferentes horários de funcionamento das escolas e a necessidade de articular com os transportes);*

E como pontos mais desafiadores:

- *Uniformização da matriz curricular na distribuição das horas das componentes socioculturais e científicas;*
- *Reajustamento das horas anuais da formação em contexto de trabalho por ano curricular;*
- *Articulação dos procedimentos administrativos (financiamento das refeições, das visitas de estudo, transferência de alunos);*
- *Os elevados custos associados aos transportes dos alunos;*

Ainda no setor da educação e no âmbito do Programa Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) há a registar que das 7 operações que a CIM é beneficiária mantem-se em execução, até junho de 2023, o projeto relacionado com “Estudos monitorização e avaliação do Plano”. Foram concluídas as seguintes operações:

- *“Promoção do Empreendedorismo”;*
- *“Ciência Itinerante nas Terras de Trás-os-Montes”;*
- *“Plano de Ação para a Valorização da Educação-Formação Jovem”;*
- *“Rede de Recursos Técnicos e Pedagógicos para o Sucesso Escolar”;*
- *“Dinamização da Rede Educativa e Qualificação nas Terras de Trás-os-Montes”;*
- *“Promover a Leitura e a Escrita”.*



Fruya
Trás-os-Montes

No âmbito da execução de outros projetos, fora do PDCT, de que a CIM-TTM é beneficiária importa realçar as principais atividades realizadas durante o período em referência:

- PROVERE – Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos contempla 5 projetos âncora dos quais 3 são da responsabilidade da CIM, que é líder do consórcio, um da Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano e outro da Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente (Desteque). A nível da promoção e marketing do território foi realizada ao longo do período em referência a CIM desenvolveu ações nos seguintes Eventos: - Feira de São Pedro - Macedo de Cavaleiros de 29 junho a 3 julho - Expo Vila - Vila Flor de 7 a 10 julho - Feira de Produtos Tradicionais do Eixo Atlântico - Santiago de Compostela de 1 a 3 de julho (produtores) - Feria de Productos Tradicionales del Eixo Atlântico - Barco de Valdeorras de 10 e 11 de setembro (produtores) - Fromago Cheese Experience - Zamora de 15 a 18 setembro - Ecocultura - Zamora de 7 a 9 outubro - Intur - Feira de Turismo do Interior - Valladolid de 17 a 20 de outubro - Rural Castanea - Vinhais de 28 a 30 outubro - Feira das Artes e Ofícios - Vimioso de 9 a 11 de dezembro.

O marketing do território assenta sobretudo na promoção da Marca Terras de Trás-os-Montes existindo atualmente 118 produtos com o selo da maraca. Este será certamente um trabalho de grande responsabilidade e intensidade a desempenhar pela CIM nos próximos tempos.

Neste período deu-se um impulso ao projeto E-mob: Rede de Percursos das Terras de Trás-os-Montes. Trata-se de um projeto estruturante para promover a oferta turística da região pois faz o aproveitamento turístico da linha de caminho de ferro desativada entre Mirandela e Bragança. Faz a ligação da Terra Quente à Terra Fria com a utilização de bicicletas Todo o Terreno e potencia os percursos complementares existentes. A articulação entre o percurso estruturante e os complementares será estudada do ponto de vista técnico, de modo a otimizar os pontos de contacto e a maximizar a cobertura do território.

Este projeto irá criar a maior ciclovia do país.

Durante o ano de 2022 foram adjudicadas as 3 atividades mais importantes da candidatura, sendo que a “Definição e Estruturação da Rede de Percursos E-Mob das Terras de Trás-os-Montes – Projeto Piloto (1 percurso Estruturante + 6 percursos complementares)” está praticamente concluído e a aquisição de “Bicicletas elétricas e equipamento – Emob” foi adjudicado em setembro assim como a aquisição para “Estações de estacionamento, manutenção e carregamento para e-BTT” que foi adjudicado em outubro. Estas duas adjudicações terão a execução financeira apenas em 2023.

- A operação dedicada de Cadastra & Capacita – Implementação do Sistema de Infirmiação Cadastral Simplificada (SICS) nas Terras de Trás-os-Montes tem por objetivo efetuar o registo dos prédios rústicos no Balcão Único do Prédio (EBUPI) ou seja o cadastro simplificado. A CIM é a entidade coordenadora da candidatura e os 8 municípios envolvidos são responsáveis da operacionalização. De salientar o elevado desempenho na execução do trabalho por alguns dos municípios da CIM que têm sido em meses consecutivos os melhores a nível nacional. Por esta razão decorreu no dia 8 de junho, em Bragança, a cerimónia de lançamento público da APP móvel BUPi, na qual participaram os Secretários de Estado da Justiça, da Conservação da Natureza e das Florestas e o da Administração Local e do Ordenamento do Território. - O Plano de formação dos trabalhadores dos municípios teve um incremento no terceiro trimestre deste ano após ter sido concluído o diagnóstico em cada município.

Várias ações de formação estão a ser realizadas envolvendo um número significativo de participantes. Deu-se início à formação direcionada às Juntas de Freguesia e no dia 11 de novembro tiveram início dois cursos de Pós-Graduação, ministrados pela Escola de Negócios do IPB, em Macedo de Cavaleiros.

- A candidatura do “Festival Património Improvável” teve por objetivo a promoção em rede de eventos culturais colaborativos com elevado impacto, relacionados com o património classificado de Trás-os-Montes (de menor popularidade) e tornando-os protagonistas de novas expressões criativas, contribuindo para a projeção a imagem da região e para a geração de estratégias regionais distintivas de desenvolvimento turístico. A pandemia Covid-19 condicionou a concretização deste projeto no ano de 2021 sendo que a sua concretização decorreu no verão deste ano.

O projeto foi estruturado em três ações principais, a saber:

Ação 1. Implementação do ciclo de concertos no “Património Improvável” das Terras de Trás-os-Montes
O ciclo de concertos constitui a primeira edição do Festival. Tendo sido realizado um conjunto de nove concertos na envolvente do património.

Ação 2. Desenvolvimento e implementação de Visita-Jogo “Património Improvável” e Projetos artísticos com comunidades. Esta ação teve como objetivo a realização de dinâmicas de descoberta do património classificado, contando com uma forte componente de participação de grupos culturais locais e de envolvimento da população, numa articulação de esforços com vários artistas.

A ação dividiu-se na realização de 9 projetos artísticos criativos e na realização de 9 visitas jogo.

Handwritten signature and initials in blue ink.

i) Projetos artísticos criativos: inspirados nos valores locais, patrimoniais e culturais e abertos à participação comunitária local e regional, (associações, grupos corais, universidades seniores, bandas e todos os cidadãos locais interessados) baseados no modelo de uma residência, tiveram duração de uma semana. O resultado foram novas criações musicais, com possibilidade de cruzamento com outras disciplinas artísticas, nomeadamente a criação literária e a cenografia.

ii) Realização de visita-jogo: Foram criadas 9 visitas lúdicas que permitiram uma visita exploratória do património, bem como dos mitos e vivências que lhe estão associados transmitindo assim a história de cada local a todos os participantes.

Ação 3. Plano de Comunicação e Monitorização

Foi implementado um conjunto de ações de comunicação e assessoria de imprensa relacionadas com o Festival e com o património classificado das Terras de Trás-os-Montes, envolvendo a sua promoção turística dirigida ao mercado nacional utilizando ferramentas offline, nomeadamente a produção de uma página de internet, elaboração de cartazes, flyers e desdobráveis e foram utilizadas ferramentas online.

- No âmbito da candidatura “Cultura para todos” a CIM promoveu a realização da final do primeiro Campeonato dos Jogos Tradicionais das TTM. A prova decorreu em Bragança, no dia 18 de setembro de 2022. De salientar uma grande participação dos municípios e da Instituições com pessoas portadoras de deficientes do território da CIM bem como a boa prestação da Associação Distrital dos Jogos Tradicionais. Tratou-se de um evento do agrado de todos tendo sido manifestada a vontade de participar ainda com mais empenho na edição do próximo ano, em Vila Flor. - Financiado no âmbito do POISE, o projeto DesConstruir TTM – Desconstruir Estereótipos Construir Igualdade contempla a elaboração do Planos de Igualdade em cada município. A metodologia compreende a realização, em primeiro lugar, do Diagnóstico e só depois pode ser elaborado o Plano de Ação. A execução desta candidatura não tem tido a execução que nós pretendíamos registando alguns constrangimentos devido essencialmente a tratar-se de um assunto novo, não muito bem compreendido por todos, por ser muito exigente na metodologia, além de que a empresa contratada também sente dificuldades.

- Com o objetivo implementar uma estratégia integrada e coordenada, para os 9 municípios da CIM TTM, encontra-se aprovada uma candidatura financiada pelo POSEUR que tem vai permitir reforçar a capacidade de intervenção nas ações de prevenção, controlo e erradicação da Vespa Velutina. Embora a nossa região não tenha sido ainda muito afetada é necessário estar capacitada para combater com a maior

Handwritten notes:
Trás-os-Montes
CIM-TTM

eficiência esta praga que muito prejudica os apicultores da região. A maioria dos equipamentos foram já adquiridos este semestre estando prevista a monitorização para o próximo ano. - A abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) a CIM viu aprovada uma candidatura para instalar Espaços Cowork nos municípios de Alfândega da Fé, Mogadouro e Vinhais, num investimento total de 127 000 euros. A execução decorrerá no primeiro semestre de 2023. De salientar que os restantes municípios da CIM já dispõem de espaços semelhantes, ficando assim todos os concelhos dotados destes espaços considerados fundamentais para captar pessoas que precisem trabalhar em teletrabalho.

- A CIM TTM é autoridade de transportes intermunicipal e também é autoridade de transporte municipal por delegação de todos os municípios com exceção do de Bragança. O setor dos transportes tem exigido da CIM um grande envolvimento e dedicação tendo em conta a complexidade do serviço e devido à necessidade de ser assegurado um serviço de transporte público de passageiros na região de qualidade e de maior cobertura. Neste sentido, dando cumprimento à legislação aplicável, foi aberto, no ano passado, um Concurso Público Internacional para a contratação do serviço nas TTM. Após ter obtido o parecer favorável do Tribunal de Contas foi notificada a empresa da adjudicação do serviço, tendo esta o prazo de até março de 2023 implementar o novo sistema de transporte público de passageiros no nosso território.

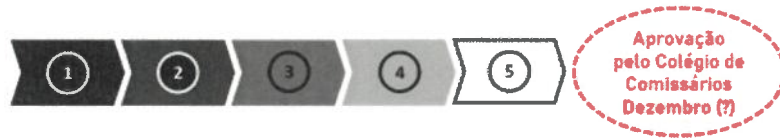
- No âmbito dos Fogos Rurais e com o objetivo de elaborar o Plano Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais do Norte, foram feitas várias reuniões da Comissão Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais quer de natureza deliberativa quer de natureza técnica. Apesar da complexidade do processo foi possível aprovar o PRA pela Comissão Nacional, no mês de novembro e aprovada a publicação pela Comissão Regional no dia 15 de dezembro de 2023.

O trabalho que se segue consiste na transposição para o Plano Sub-regional dos 52 projetos do PRA, depois de aferidas as disponibilidades financeiras necessárias. Esta tarefa será executada no início do próximo ano pois ainda é necessário elaborar os Planos Municipais. - No mês de fevereiro a CIM submeteu uma candidatura para obtenção de financiamento de dois Estudos – a Estratégia e Plano de Ação para o Portugal 2030 e o estudo do Potencial Hidroagrícola nas TTTM.

- No âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio PT2030 foram efetuadas várias reuniões com a CCDRN e também com o Ministério da Coesão Territorial. Portugal viu aprovado o PT2030 sendo que o PO Norte 2030 está na fase final de aprovação pela Comissão Europeia conforme se pode verificar na cronologia expressa no quadro seguinte.



NORTE 2030 – Etapas do processo de elaboração e negociação



- 1 - Envio à COM da primeira versão (informal), em 19 de abril;
- 2 - Submissão em SFC da primeira versão formal, em 4 de junho, depois de primeira ronda de negociação (3 de maio) e da resposta a 278 observações da COM;
- 3 - Envio de nova versão, em 26 de agosto, depois de segunda ronda de negociação (29 de julho) e da resposta a 214 observações da COM;
- 4 - Submissão em SFC da segunda versão formal, em 29 de outubro, depois de terceira ronda negocial (27 de setembro) e resposta a 72 observações da COM;
- 5 - Submissão em SFC da terceira versão formal, em 24 de novembro, depois de consulta interserviços na COM, da quarta ronda negocial (17 de novembro) e da resposta a 28 observações da COM.

A elaboração do plano de ação onde constem os investimentos da região para os próximos 7 anos aliados à implícita negociação financeira vai constituir a principal ocupação da CIM no próximo ano.

Ainda neste ano os assuntos relacionados com a saúde, o regadio, a gestão da água, as infraestruturas rodoviárias e ferroviárias foram objeto de análise e de solicitação de reuniões com os Ministros respetivos. O Plano Ferroviário Nacional apresentado pelo Governo encontra-se em fase de discussão Pública estando a CIM a elaborar um contributo no sentido de propor alterações de forma a que o Plano sirva melhor a região.



Plano Ferroviário em discussão pública, até 28.fev

- também contexto da consulta formal da AAE (em elaboração pelo LNEC)
- e da consulta setorial, pela DGT (CCDR-Norte integra GT)
- apresentado em 17.nov, Lisboa (com PM e MIH)
- apresentação no Conselho Regional de 20.jan



- Ainda no período em referência é de salientar: - Reuniões técnicas com o objetivo de apresentar candidaturas ao Programa Interreg (POCTEP e SUDOE); - Participação no festival Internacional de Cinema de Turismo (ART&TUR), realizado nos dias 25 a 28 de outubro, em Ourém. A CIM-TTM concorreu com o filme documentário dos 9 passos tendo obtido o 2º lugar na categoria de filmes de natureza. - Reunião no dia 2 de dezembro, em Lisboa, com o Ministro de Ambiente, a pedido da Resíduos do Nordeste,

[Handwritten signature]

para debater o Sistema de Abastecimento de Água e Saneamento dos Municípios que integram a CIM - Terras de Trás os Montes. - Organização da visita às Terras de Trás-os-Montes e acompanhamento, nos dias 5 e 6 de dezembro, da delegação da 13ª Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local (CAPOTPL) da Assembleia da República. A Comissão percorreu os nove municípios tendo constatado as necessidades sentidas pela população e pelas empresas.

..... Terminada a intervenção do Presidente do Conselho Intermunicipal, a Presidente da Mesa abriu o período de pedidos de esclarecimentos.

A Mesa registou a inscrição do Deputados: Isabel Lopes e Pedro Santos.

..... **ISABEL LOPES** – Usou da palavra para questionar sobre o projeto “Smart Regions” e indagar sobre o ponto de situação dos Espaços “Coworking”.

..... **PEDRO SANTOS** – Referindo-se aos problemas apontados na saúde, nomeadamente com a falta de médicos, sugeriu que fosse proposto ao ministério a criação de um protocolo com Espanha tendo em vista a atração destes profissionais, por outro lado disse também que a solução poderia também passar por garantir a outros profissionais de saúde a possibilidade de ingressarem no curso de medicina, medida que disse não ter informações se ainda está em vigor, com a contrapartida de exercerem na região.

Questionou também sobre o plano de Mobilidade do Tua e as razões porque não se encontra aberta a linha.

A Presidente da Mesa conferiu a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal para resposta aos pedidos de esclarecimento.

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (JORGE FIDALGO)** – Relativamente aos “Espaços Coworking” referiu que os municípios foram desafiados pela Ministra da Coesão Territorial, na sequência da pandemia da COVID-19, para criarem espaços onde as pessoas pudessem trabalhar. Inicialmente seis municípios da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes celebraram um protocolo com o Ministério para o efeito, dizendo que os espaços estão equipados e a funcionar. Posteriormente, os outros três municípios: Alfândega da Fé, Mogadouro e Vinhais puderam candidatar-se à criação de espaços Coworking. Salientou que esta candidatura é efetuada pela Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes e que se destina, essencialmente, a equipamento

Dirigindo-se ao deputado Pedro Santos agradeceu as sugestões, referindo que supõe que a medida de abrir os cursos de medicina a outros profissionais de saúde está em vigor na Universidade do Algarve, referindo que é questionável o facto de condicionar o local de exercício da profissão.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

..... **PRIMEIRO SECRETÁRIO (RUI CASEIRO)** – Usou da palavra para falar do projeto “Smart Region”. Começou por referir que no âmbito do contratualizado no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial das Terras de Trás-os-Montes existia uma componente relacionada com a modernização administrativa ligada às tecnologias da comunicação e informação, que permitiu dotar o território de infraestruturas tecnológicas importantes. referiu que uma das candidaturas aprovadas foi a dos “Balcões Móveis”, uma loja do Cidadão móvel e o outro projeto foi a “Smart Region”. Explicou que este projeto consiste na implementação de uma estrutura tecnológica e respetiva parte integrante de uma nova série de normas internacionais em desenvolvimento para uma abordagem holística e integrada ao desenvolvimento sustentável e à resiliência, no que concerne a um conjunto de indicadores da Norma NP ISO 37120 (Economia, Educação, Energia, Ambiente, Finanças, Resposta a incêndios e a emergências, Governança, Saúde, Recreio, Segurança, Alojamento, Resíduos, Telecomunicações e Inovação, Transportes, Planeamento urbano, Águas residuais, Água e saneamento) que fornece uma abordagem uniforme ao que é medido e à forma como essa medição é realizada. Estes indicadores serão utilizados para acompanhar e monitorizar o progresso do desempenho da comunidade, de modo a obter um desenvolvimento sustentável caracterizado sobre todos os municípios que integram a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.

Terminado o período de pedidos de esclarecimentos a Presidente da Mesa abriu o período para intervenções, tendo-se registado as inscrições dos deputados: Eduardo Malhão, António Santos, Júlio Carvalho, Orlando Borges, Jorge Dias e Pedro Santos.

..... **EDUARDO MALHÃO** – Referiu-se ao facto de três concelhos do distrito de Bragança não integrarem a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, dizendo que, no seu entender, todo o território ficaria a ganhar com a integração destes concelhos. Daí que tenha sugerido que se trabalhasse no sentido de conseguir esta integração. Por outro lado, manifestou a sua discordância com o facto da Comunidade Intermunicipal estar integrada na NUT II da Região Norte, dizendo que seria muito mais benéfico a desagregação desta NUT e criação de uma nova NUTII com territórios com realidades idênticas à das Terras de Trás-os-Montes.

Continuou defendendo que o território deveria reivindicar, junto do Governo, a criação de um estatuto idêntico ao existente para a Madeira e os Açores.



Durante a intervenção sugeriu também a realização de um estudo que permitisse avaliar a pertinência e vantagens da criação de uma entidade para o turismo do território.

Terminou a sua intervenção propondo um voto de pesar pelo falecimento do Professor Adriano Moreira.

..... **ANTÓNIO SANTOS** – Usou da palavra para se congratular pelo facto de a Comunidade Intermunicipal ter convidado a Associação Vale D’ouro para estudar alternativas à ligação ferroviária proposta no Plano Ferroviário Nacional para o território. Ressalvou a importância de fazer a ligação a Espanha via Planalto Mirandês e disse que a hora é a de reunir esforços para conseguir a inclusão desta proposta no Plano ferroviário Nacional.

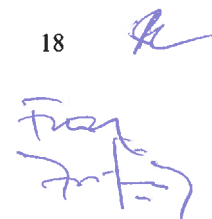
..... **JÚLIO CARVALHO** – Questionou sobre o Estudo do Potencial Hidroagrícola das Terras de Trás-os-Montes e aludindo ao Plano Estratégico 2014/2020 venceu a opinião de que esta Comunidade Intermunicipal está a desviar-se da sua essência, que é a da promoção do desenvolvimento económico, social e ambiental do território.

..... **ORLANDO BORGES** – Interveio para manifestar algumas preocupações. Fazendo referência à verticalização do sistema de água e saneamento disse parecer-lhe que o assunto se arrasta há demasiado tempo sem se avistar um desfecho. Relativamente à inclusão dos três concelhos do distrito de Bragança nesta Comunidade Intermunicipal e apesar de defender esta ideia teme que não exista abertura da parte destes. No que concerne ao Plano Ferroviário Nacional salientou o facto da região constar no Plano, no entanto demonstrou desagrado com o ano apontado (2050), dizendo que é necessário pressionar para que se concretize muito antes. Apesar de reconhecer a importância da ligação ferroviária e de defender a ligação Porto-Bragança-Zamora, alertou para o facto de o território não poder esquecer outras vias de comunicação ainda em falta e necessárias destacando a ligação Vinhais-Godinha(Espanha).

Conclui dizendo que era importante retomar a ideia da criação de uma Comissão para acompanhar os Trabalhos do Conselho intermunicipal, tendo em conta que a Assembleia Intermunicipal apenas reúne duas vezes por ano.

..... **JORGE DIAS** – Iniciou a intervenção perguntando o que é que é possível à Assembleia Intermunicipal fazer, em concreto, para reforçar a posição do Conselho Intermunicipal relativamente ao Plano Ferroviário Nacional.

No que concerne à criação dos espaços Coworking questionou o porquê de Mogadouro só estar a iniciar agora o processo e se há possibilidade de instalar neste espaço uma incubadora de empresas à semelhança



do que aconteceu noutros concelhos. Perguntou também se irá ser construído um matadouro intermunicipal ou se mantém a intenção de fazer dois matadouros municipais.

..... **PEDRO SANTOS** – Interveio para manifestar a sua opinião relativamente ao território abrangido pela Comunidade intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, assumindo-se como Transmontano e Alto Duriense e defendendo a fusão das Comunidades Intermunicipais do Douro e Terras de Trás-os-Montes. Continuou referindo que a divisão atual é contranatura e que o peso de uma Comunidade Intermunicipal que represente cerca de 50% do território do Norte será muito maior. Disse que esta discussão deveria ser posta em cima da mesa, revelando a sua pretensão, enquanto Presidente da Assembleia Municipal de Vila Flor, de promover uma Assembleia para debater este tema.

Referindo-se à ferrovia disse que vai ser difícil fazer uma linha num território onde não há gente, salientando também que não se pode pretender uma ligação de Alta Velocidade com vários apeadeiros, pois, tal só estará a dar argumentos ao poder central para nada fazer.

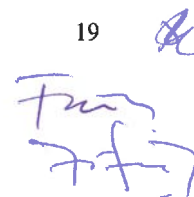
Aludindo à questão dos matadouros referiu que os três existentes são deficitários, questionando a criação de mais um ou dois.

..... Findas as intervenções a Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal para prestar os esclarecimentos necessários.

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (JORGE FIDALGO)** – Começou por referir que muito mais do que discutir o número de municípios que integram esta Comunidade Intermunicipal, o foco deve estar na criação da NUTII do Interior Norte, que poderia trazer vantagens mais competitivas nomeadamente no acesso a fundos comunitários.

No que diz respeito à criação de uma entidade regional de turismo, disse que de facto, atualmente, a Turismo do Porto e Norte é mais “Porto e os outros”. Referiu que com a transferência de competências o que está estipulado é que a estratégia de promoção da região tem que ser articulada com as Comunidades Intermunicipais e essa exigência vai ser efetuada.

Relativamente ao Plano ferroviário nacional disse que por solicitação desta Comunidade Intermunicipal a Associação Vale D’Ouro realizou um estudo que conclui que a ligação Porto-Bragança-Zamora é a melhor para o território e para o país, uma vez que se apresenta muito mais viável a nível técnico e económico do que a ligação Aveiro-Salamanca. Relembrou que para além de defender a solução Porto-Bragança-Zamora a Comunidade Intermunicipal pretende que existam ligações para o sul do distrito que possam beneficiar



Alfândega da Fé, Mogadouro e Vila Flor através da ligação a Vila Franca das Naves. Continuou dizendo que todas as vias de comunicação são essenciais, a ligação ferroviária assume um papel de relevo porque é um transporte de futuro, no entanto a Comunidade Intermunicipal não descarta a importância e necessidade de investimento em vias de comunicação rodoviárias como é o caso da ligação de Vinhais à Godinha, em Espanha.

Relativamente aos espaços de Coworking referiu que os primeiros seis espaços instalados foram executados com autofinanciamento, no caso de Mogadouro tem agora a possibilidade de conseguir financiamento para equipar o espaço. No que toca à instalação de Incubadoras de empresas nestes locais, tal passará pela estratégia de cada município.

Salientou que a construção de matadouros é uma questão que diz respeito aos municípios, não podendo haver interferência desta Comunidade.

Continuou a intervenção referindo-se à criação do grupo para acompanhamento das reuniões do Conselho Intermunicipal manifestando abertura para tal.

No que diz respeito ao Estudo do Potencial Hidroagrícola das Terras de Trás-os-Montes disse que o concurso já foi lançado, estando-se, agora, na fase de análise de proposta salientando que este tem que estar concluído até ao final do primeiro semestre de dois mil e vinte e três.

Frisou ainda que o Plano estratégico não foi abandonado, está-se a dar continuidade a esse plano estratégico para que ele se enquadre nos financiamentos do Portugal 2030.

..... Terminada a intervenção o Presidente da Mesa deu por encerradas as intervenções, tendo referido que a proposta efetuada pelo deputado José Malhão será discutida e votada no ponto três: outros assuntos.

..... **PONTO DOIS PONTO DOIS - ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL – ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2023-2027**

A Presidente da Mesa passou a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal para que este efetuasse uma breve apresentação do documento.

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (JORGE FIDALGO)** – Apresentou as linhas orientadoras do documento destacando os principais projetos/atividades a desenvolver ao longo do

próximo ano. Disse tratar-se de um orçamento de continuidade, uma vez que segue as linhas estratégicas definidas pela Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, bem como a conclusão de vários projetos ao longo do ano civil. Referiu que o orçamento da receita apresenta um valor de 7.537.978,90€ correspondente à receita proveniente do Orçamento Geral do Estado, do cofinanciamento FEDER e FSE de projetos, assim como da comparticipação dos Municípios para a execução da estratégia da Comunidade Intermunicipal. Relativamente ao orçamento da despesa, de igual montante, disse que prevê as despesas gerais de funcionamento do órgão, assim como as despesas com a implementação de projetos em desenvolvimento.

A Presidente da Mesa informou que estavam abertas as inscrições para debater este tema, não se tendo verificado nenhuma inscrição.

..... **SEGUIDAMENTE FOI COLOCADO A VOTAÇÃO O ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2023-2027, TENDO SIDO APROVADO POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES.**

PONTO DOIS PONTO TRÊS- ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL – AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL......

..... Foi presente para aprovação a proposta do Conselho Intermunicipal relativa ao assunto suprarreferido.

A Presidente da Mesa informou que estavam abertas as inscrições para intervenção neste ponto. Não se tendo verificado qualquer inscrição passou-se à votação.

..... **COLOCADA A VOTAÇÃO A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL – AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL FOI APROVADA POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES.**

.....
PONTO DOIS PONTO QUATRO- ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL – ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO 2022.



Foi presente proposta relativa à alteração modificativa ao Orçamento de 2022.

A Presidente da Mesa abriu as inscrições para o período de esclarecimentos, não se tendo verificado qualquer inscrição para esclarecimentos ou intervenções relativas a este ponto.

..... **COLOCADA A VOTAÇÃO A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL – ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO 2022, ESTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES.**

..... **PONTO DOIS PONTO CINCO - COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS NO ANO DE 2022 AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL. PARA CONHECIMENTO.**

..... Foi presente, para conhecimento, listagem relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano de 2022 ao abrigo da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Intermunicipal.

..... A Assembleia Intermunicipal tomou conhecimento.

..... **PONTO TRÊS - OUTROS ASSUNTOS.**

PONTO TRÊS PONTO UM – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO PROFESSOR ADRIANO MOREIRA

A Presidente da Mesa colocou a votação a proposta apresentada pelo deputado Eduardo Malhão relativa ao assunto suprarreferido.

..... **COLOCADA A VOTAÇÃO A PROPOSTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES**

..... E nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão, pelas dezassete horas e quarenta e cinco minutos, lavrando-se a presente ata para constar.


A Mesa da Assembleia Intermunicipal




Cristina Fernandes

Ribeiro

Presidente


Fernando António Rodrigues Vaz

das Neves

Vice-presidente


José António Costa

Ferreira

Secretário